

CNPE promove livre concorrência no mercado de gás natural no País

Notícia publicada no site do Ministério de Minas e Energia, dia 24/06.

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) apresentou hoje, 24, as diretrizes para a liberalização do mercado de gás natural e as novas metas anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis. As medidas serão encaminhadas para aprovação da Presidência da República.

As diretrizes propostas para o setor de gás são fruto do trabalho do Comitê de Promoção da Concorrência no Mercado de Gás Natural do Brasil, instituído pelo CNPE em 09 de abril. Esse Comitê realizou mais de 40 reuniões, com participação de pelo menos 45 agentes de todos os segmentos: indústria, academia, reguladores, representantes dos consumidores e representantes dos governos estaduais. Adicionalmente, foram recebidas 37 contribuições por escrito e conduzida uma Análise de Impacto Regulatório.

As medidas propostas no âmbito do CNPE objetivam intensificar a desverticalização em toda a cadeia de gás natural e, sobretudo, criar as condições para o acesso não só aos gasodutos de transporte, mas a todas as infraestruturas essenciais do setor, como os dutos de escoamento, as unidades de processamento e os terminais de Gás Natural Liquefeito (GNL), proporcionando a abertura do mercado e a promoção da concorrência.

A fim de viabilizar esse processo, entre as medidas propostas, destaca-se a recomendação do CNPE para que o agente dominante no setor defina o quanto de capacidade necessita utilizar em cada ponto de entrada e zona de saída do sistema de transporte de gás natural, permitindo, assim, o acesso por novos agentes.

O CNPE recomenda, também, que o governo federal incentive os Estados e o Distrito Federal, por meio de seus programas de transferências de recursos e de ajuste fiscal, a voluntariamente modernizar a regulação dos serviços de gás canalizado, de modo a: aperfeiçoar a instituição do consumidor livre; adotar práticas que incentivem a eficiência operacional; promover a efetiva separação entre as atividades de comercialização e de prestação de serviços de rede; e, fortalecer as agências reguladoras.

Os impactos dessas recomendações serão monitorados, com publicação trimestral de relatórios. A governança e as

informações necessárias ao monitoramento das medidas serão encaminhadas ao CNPE em até 60 dias.

A Resolução hoje aprovada pelo CNPE, que estabelece o início formal da agenda do Novo Mercado de Gás, é um marco para tornar o preço do gás competitivo no Brasil, de modo a incentivar a retomada da atividade industrial em diversos setores, como o petroquímico, o vidreiro, o cerâmico e o siderúrgico, atraindo investimentos, com geração de emprego e renda, possibilitando o surgimento de um ciclo virtuoso para a economia nacional.

Por fim, tendo em vista que a adequada regulação e fiscalização são fatores fundamentais para o êxito da efetiva liberalização pretendida pelo Novo Mercado de Gás, o Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, em parceria com o Ministério da Economia, está tomando as medidas necessárias para a movimentação de servidores que irá fortalecer o quadro técnico da Agência Nacional do Petróleo (ANP), de modo que a abertura do mercado de gás ocorra de maneira célere e efetiva.

Metas de descarbonização

O CNPE também aprovou as metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis para o ciclo de 2020 a 2029. A medida proposta, ao regulamentar a Política Nacional dos Biocombustíveis – RenovaBio, confirma o reconhecimento do papel estratégico dos biocombustíveis na matriz energética brasileira e de sua importância para viabilizar uma oferta de energia cada vez mais sustentável, competitiva e segura.

Com os novos índices, o país continuará a trajetória para promover a redução da intensidade energética da matriz de combustíveis, que em 2017 era de 74,25 g CO₂/MJ para 66,1 g CO₂/MJ em 2029.

Ao definir as metas de descarbonização, o país sinaliza que irá perseguir um caminho cada vez mais sustentável em sua matriz de combustíveis ao proporcionar menor emissão de gases de efeito estufa por unidade de energia, aumentando assim diversificação da matriz de combustíveis.

Deputado Estadual Thiago Auricchio promove sessão na ALESP para lançamento da Frente Parlamentar em Apoio à Indústria Química de São Paulo

Foto: Abiquim/Divulgação



Sessão de lançamento da Frente Parlamentar em apoio à Indústria Química do Estado de São Paulo

A Frente Parlamentar em Apoio à Indústria Química do Estado de São Paulo, criada pelo Ato nº 108, de 2019, foi lançada em sessão realizada no dia 24 de junho, às 15 horas, no Plenário Dom Pedro I da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP).

A Frente será coordenada pelo deputado Thiago Auricchio (PL) e tem o objetivo de aprimorar a legislação e as políticas públicas que contribuam para o aumento da competitividade da cadeia produtiva do setor químico do Estado. O deputado Auricchio destacou o apoio do deputado federal, Alex Manente (Cidadania/SP), presidente da FPQuímica nacional e da Abiquim para o lançamento da Frente. Além de ser da região do ABC, local onde está localizado um dos maiores polos petroquímicos do País, o deputado e coordenador da Frente paulista já participou de reuniões da FPQuímica e conhece os principais pleitos do setor. “Sei da importância econômica deste setor para o desenvolvimento de outras cadeias produtivas. Precisamos aumentar interlocução entre o setor público e o privado para promover a competitividade do segmento”, afirmou.

O presidente da FPQuímica, deputado federal Alex Manente, que também é do ABC paulista, participou da cerimônia e destacou a importância dessa representação na Assembleia Legislativa, para promover a competitividade do setor. “É fundamental acelerar os investimentos da indústria química, para isso é necessário que o setor tenha matéria-prima a preços competitivos o que permitirá a indústria química competir globalmente. É necessário ter essa discussão em São Paulo para aumentar a geração de emprego e renda”, explicou Manente.



Nelson Reis (Sinproquim), deputado federal Alex Manente (Cidadania/SP), deputado estadual Thiago Auricchio (PL) e Fernando Figueiredo (Abiquim)

O deputado estadual Vinícius Camarinha (PSB), membro da Frente Parlamentar em Apoio à Indústria Química do Estado de São Paulo, destacou que os parlamentares atuarão para promover o desenvolvimento do setor químico no estado.

O presidente do Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos para Fins Industriais e da Petroquímica no Estado de São Paulo (Sinproquim), Nelson Pereira dos Reis, que representou o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Paulo Skaf, destacou o papel da indústria química paulista, que conta com muitas pequenas e médias empresas, especializadas no fornecimento de matérias-primas sustentáveis para os demais setores industriais. “Essas pequenas empresas que estão em todo o estado têm realizado muita pesquisa e desenvolvimento para a aplicação desses produtos”.

O presidente-executivo da Abiquim, Fernando Figueiredo, apresentou o setor no Brasil e em São Paulo e o trabalho desenvolvido pela Abiquim para promover o desenvolvimento sustentável da indústria química. O executivo ressaltou a obrigatoriedade do Programa Atuação Responsável® incluindo a criação dos Conselhos Comunitários Consultivos. Figueiredo explicou que dois programas poderão contribuir para o aumento da competitividade da indústria química e modificar o País: “A Mesa Executiva da Química, que é uma proposta antiga da Abiquim para discutir a política industrial nacional, e em São Paulo os Polos de Desenvolvimento Econômicos para a indústria criados pelo governador João Doria, são duas oportunidades para o estado de São Paulo aumentar a geração de renda e empregos”.

A sessão também contou com a apresentação de representantes de indústrias químicas como o vice-presidente da Carbonor, Ascânio Pepe; o diretor industrial e acionista da Unigel, Leo Slezynger; o gerente de Relações Institucionais da Braskem, Flávio Chantre; o responsável pelas Unidades de Negócios da Ingevity no Mercosul, Hernando Faria; o gerente sênior de Relações Institucionais da Oxiteno, Frederico Marchiori; além do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no ramo Químico, Antônio Silvan Oliveira.

Sessão Especial em defesa da manutenção das atividades da Fafen é realizada na Assembleia Legislativa da Bahia

Foto: Adailton Franco



Sessão em defesa da manutenção das atividades da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados na Assembleia Legislativa da Bahia

Foi realizado no dia 17 de junho, na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), uma sessão especial em defesa da manutenção das atividades da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen), em Camaçari/BA. A seção foi proposta pelo deputado estadual Eduardo Salles, proponente da Frente Parlamentar do Setor Produtivo.

Os insumos fabricados pela Fafen são utilizados em diversos segmentos como na produção de cosméticos, indústria farmacêutica, produtos de limpeza, alimentação de animais, fabricação de resinas sintéticas, plásticos,

entre outros.

Foto: Adailton Franco



Deputado Estadual Eduardo Salles durante Sessão Especial na Assembleia Legislativa da Bahia

Desde março de 2019, a planta encontra-se parada, em processo de hibernação, o que trouxe prejuízos para a economia do estado. O fechamento em definitivo da planta afetará os setores agrícola e químico, podendo reduzir a arrecadação de impostos na Bahia e gerar o aumento do desemprego. É importante destacar que para cada emprego gerado na Fafen, criam-se mais quatro postos de trabalho indiretos nas empresas que estão adjacentes na cadeia de produção.

Após ordem judicial para retomar as atividades, a Petrobras alegou necessidade de manutenção da Fafen por um período de 45 dias. Além disso, a empresa já afirmou que aumentará o prazo para mais 45, resultando em um total de 90 dias de manutenção, o que causa estranheza por parte das empresas, já que a fábrica costumava parar por no máximo 30 dias para esse serviço.

Apesar do impacto em importantes cadeias produtivas, o que causa mais preocupação é o risco de morte de pessoas que dependem do tratamento de hemodiálise. A empresa baiana Carbonor, consome o dióxido de carbono (CO₂) produzido pela Fafen, o qual é utilizado pela empresa para a fabricação de bicarbonato de sódio, e que serve para o tratamento de doença renal crônica. Atualmente há mais de 130 mil portadores de doença renal crônica em todo o País, fato que é de conhecimento da Petrobras.

Representando a Abiquim na Sessão Especial, a diretora de Relações Institucionais, Comunicação e Sustentabilidade, Marina Mattar, contribuiu com dados sobre as consequências do fechamento das Fafens destacando que “é um contra senso, pois enquanto o Brasil está próximo de se tornar auto suficiente em produção de petróleo e gás continua fechando fábricas importantes para a economia e geração de empregos.”

Importações somam US\$ 17 bi e exportações totalizam US\$ 5,3 bi entre janeiro e maio

Segundo semestre terá papel central no progressivo processo de inserção comercial e na agenda de competitividade

O déficit na balança comercial de produtos químicos atingiu US\$ 11,7 bilhões no acumulado dos cinco primeiros meses deste ano, valor 15,1% superior àquele de igual período em 2018. Esse resultado decorre das importações de US\$ 17 bilhões e das exportações de US\$ 5,3 bilhões, em produtos químicos, respectivamente aumento de 9,2% e recuo de 2,1% na mesma comparação.

Os intermediários para fertilizantes permanecem como o principal grupo da pauta de importação brasileira de produtos químicos, com compras de US\$ 2,8 bilhões no acumulado do ano, um robusto aumento de 39,2% na comparação com o período entre janeiro e maio de 2018. Já o grupo das resinas termoplásticas foi o mais exportado pelo País, com vendas de US\$ 788,7 milhões, uma retração de 5,9%.

De janeiro a maio, os produtos químicos responderam por 24% do total de US\$ 70,7 bilhões em importações e 5,7% dos US\$ 95,8 bilhões em exportações realizadas pelo País. As importações de produtos químicos movimentaram 16,8 milhões de toneladas e o volume das exportações chegou a 5,4 milhões de toneladas, respectivamente um aumento de 16% e uma retração de 5,4% em relação aos cinco primeiros meses de 2018.

No acumulado dos últimos 12 meses (junho de 2018 a maio de 2019), o déficit é de praticamente US\$ 31,2 bilhões, mesmo valor de 2014, já se igualando aos níveis recordes para o indicador, de US\$ 32 bilhões, em 2013, e de US\$ 31,2 bilhões, em 2014.

De acordo com a diretora de Assuntos de Comércio Exterior da Abiquim, Denise Mazzaro Naranjo, o segundo semestre de 2019 terá um papel central no progressivo processo de inserção comercial responsável e na agenda de competitividade. “A indústria química brasileira apoia fortemente a proposta de mais inserção comercial; sendo necessário que esse processo seja responsável e inteligente, isto é, concomitante à redução do custo Brasil, transparente, gradual, negociado, debatido publicamente com os setores, de forma a garantir segurança jurídica e sustentabilidade à competitividade e integração comercial brasileira; e advoga que igualmente se preserve a integralidade do sistema brasileiro de defesa comercial, elemento garantidor de mais integração comercial segura, leal e responsável, respeitando-se a tradição da qualidade técnica, reconhecida internacionalmente, da autoridade investigadora nacional e equacionando eficientemente os desafios que a nova equipe de Governo terá em tratar de maneira complementar e harmoniosa a tecnicidade da apuração dos elementos probatórios de dumping, dano e nexos causal e de interesse público”, destaca Denise.

Frente Parlamentar da Química tem novos coordenadores estaduais e temáticos

A Frente Parlamentar da Química (FPQuímica) ganhou reforços importantes na composição de sua Comissão Executiva. Na última semana, cinco parlamentares assumiram funções de coordenação temática e estadual, com objetivo de acrescentar no diálogo e nas atividades da Frente.

Foto: Abiquim/Divulgação



O deputado e vice-líder do partido na Câmara dos Deputados, Bibó Nunes, coordenador do Estado do Rio Grande do Sul da FPQuímica

O deputado e vice-líder do partido na Câmara dos Deputados, Bibó Nunes (PSL/RS), aceitou o convite para ser o coordenador no Estado do Rio Grande do Sul da FPQuímica. O parlamentar também é jornalista e apresentador de televisão no estado. No início da década de 1990, Bibó Nunes dirigiu a Fundação Piratini, gestora das emissoras de rádio e televisão públicas do Governo do Rio Grande do Sul, sendo presidente da TVE RS e diretor da FM Cultura.

Foto: Abiquim/Divulgação



O deputado Vitor Lippi (PSDB/SP), coordenador estadual do Estado de São Paulo da FPQuímica

O deputado Vitor Lippi (PSDB/SP) assumiu a função de coordenador estadual do Estado de São Paulo. O parlamentar, que também é médico, está em seu segundo mandato como deputado federal e foi prefeito de Sorocaba por duas gestões consecutivas. Em Sorocaba, foi também secretário de Saúde por oito anos e desenvolveu vários projetos na área. Segundo Lippi, “temos que dar foco no que impacta o País, ter visão estratégica. Precisamos avançar nesse sentido para ajudar o Brasil a vencer a crise para que possamos ter um resultado melhor na economia nacional”.

Foto: Abiquim/Divulgação



O deputado e vice-líder do partido na Câmara dos Deputados, Rodrigo Agostinho (PSB/SP), é o novo Coordenador de Meio Ambiente da Frente

O deputado e vice-líder do partido na Câmara dos Deputados, Rodrigo Agostinho (PSB/SP), é o novo Coordenador de

Meio Ambiente da Frente.

Agostinho está em seu primeiro mandato como deputado federal. Antes, foi, por duas vezes, vereador (de 2001 a 2008) e prefeito (2009 a 2016) da cidade paulista de Bauru. Ambientalista, Rodrigo Agostinho também já foi secretário municipal de Meio Ambiente de Bauru e é o atual coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista. Agostinho foi eleito este ano para presidir a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.

O deputado Daniel Coelho (Cidadania/PE) também assumiu uma importante função na FPQuímica: ele é o novo coordenador de Desenvolvimento Sustentável. Coelho é formado em Administração pela Universidade de Pernambuco (UPE) e tem mestrado, na mesma área, na Universidade de Bournemouth, na Inglaterra. O parlamentar foi eleito vereador do Recife por dois mandatos consecutivos, em seguida foi Deputado Estadual de Pernambuco, eleito em 2010. Nas eleições de 2014, foi eleito deputado federal, sendo reeleito nas eleições de 2018.

O deputado João Roma (PRB/BA) aceitou o convite para integrar a Comissão Executiva da FPQuímica, na função de coordenador de petroquímicos. O parlamentar também é bacharel em Direito e possui vasta experiência tanto na coordenação de campanhas eleitorais quanto na administração pública. Roma foi chefe do escritório da Agência Nacional de Petróleo (ANP) em Salvador, no período de 2002 a 2004 e chefe de Gabinete do prefeito ACM Neto, de 2013 a abril de 2018. O parlamentar afirmou que “vamos juntos mostrar e superar os entraves que seguram o desenvolvimento da indústria química, para que possamos gerar mais emprego e elevar o nosso Brasil”.

Coordenador Político da Frente Parlamentar da Química defende abertura comercial com política industrial

Foto: Beto Nociti/Abiquim



O 1º vice-presidente da Câmara dos Deputados, presidente nacional do PRB e coordenador Político da FPQuímica na Câmara dos Deputados, Marcos Pereira, no lançamento da Frente Parlamentar da Química

O 1º vice-presidente da Câmara dos Deputados, presidente nacional do PRB e coordenador Político da FPQuímica na Câmara, Marcos Pereira (PRB/SP), produziu o artigo “Em defesa da indústria forte e tecnológica”, divulgado através de mídia eletrônica.

No texto, Pereira defende que é necessário haver uma transição para uma economia aberta acompanhada de uma política industrial que permita às empresas brasileiras concorrerem em igualdade de condições no mercado interno e externo com as empresas estrangeiras.

O 1º vice-presidente da Câmara dos Deputados ainda cita como exemplos as políticas industriais desenvolvidas por países como Estados Unidos, Alemanha e França. Pereira ainda ressalta que defende o incentivo às tecnologias e à Indústria 4.0; o fortalecimento e digitalização da produção agrícola nacional; revisão e modernização de marcos regulatórios; micro e pequenas empresas; e apoio ao desenvolvimento de plataformas de produtos e comércio eletrônico.

[Clique aqui](#) para ler o artigo.

Congresso ABES tem participação da Abiquim em mesa redonda com Ministério da Saúde

O 30º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) foi realizado de 16 a 19 de junho, em Natal. A programação do evento bienal teve palestras técnicas sobre o saneamento, gestão de recursos hídricos de projetos para promover a e reuniu profissionais do setor de empresas públicas e privadas, acadêmicos, estudantes e especialistas internacionais.

A Abiquim participou do Congresso onde foi representada pelo coordenador da Comissão Setorial de Saneamento e Tratamento de Água, José Eduardo Gobbi (Ecolab), e pelas assessoras de Comissões Setoriais, Carolina Ponce de León; e de Comissões Setoriais e Normas Técnicas, Renata Souza.

Foto: Abiquim/Divulgação



Vastí Ribeiro Fanciani (SABESP/ABES), Maria Cristina Coimbra Marodin (SEMA DF/ABES) e Tiago de Brito Magalhães (Ministério da Saúde)

No dia 18 de junho, o coordenador da Comissão, José Eduardo Gobbi, e a assessora da Comissão, Carolina Ponce De León, os integrantes da Comissão e representantes da Unipar Carbocloro, Marcela Salvador Simões e Walter Otto Pereira Barty participaram da mesa redonda “Revisão da Portaria de Potabilidade e o Controle de Qualidade de Produtos Químicos para Tratamento de Água– evoluções legais no sistema de informações oficiais e na comprovação ao atendimento aos requisitos de saúde”, que contou com a participação de Tiago de Brito Magalhães, especialista na área de vigilância da qualidade de água para consumo humano do Ministério da Saúde; da especialista em Saneamento Básico e coordenadora de Recursos Hídricos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA DF),

Maria Cristina Marodin; e da especialista em Saneamento Básico e gerente do Departamento de Controle Sanitário e Ambiental da Diretoria de Sistemas Regionais da SABESP, Vasti Ribeiro Facincani.

Foto: Abiquim/Divulgação



Integrantes da Comissão de Estudo de Produtos Químicos para Saneamento Básico, Água e Esgoto do CB-010


A Comissão de Estudos de Produtos Químicos para Saneamento Básico, Água e Esgoto do Comitê Brasileiro de Química da ABNT – CB-010, realizou durante o Congresso sua terceira reunião no ano, coordenada pela palestrante da mesa redonda, que também é coordenadora da Comissão, Maria Cristina Coimbra Marodin. A Comissão criada em 2004 é fruto da preocupação de técnicos das operadoras de saneamento básico e de fabricantes e fornecedores de produtos químicos, com relação à qualidade dos produtos adicionados à água de consumo humano, em especial sob o foco da saúde pública. Como resultado do trabalho desenvolvido pela comissão, foi desenvolvida a NBR 15784, publicada pela primeira vez em 2009, que já foi atualizada duas vezes. Esta norma foi reconhecida pelo Ministério da Saúde que, por meio da Nota Informativa nº 157/2014, tornou a NBR 15784 de uso compulsório para a comercialização e uso dos produtos químicos utilizados no tratamento de água para consumo humano.

Lei permite retorno ao sistema tributário Simples Nacional

Os microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte excluídos do Simples Nacional em 1º de janeiro de 2018, por inadimplência poderão fazer nova opção pelo regime tributário. A permissão está na Lei Complementar 168 publicada, em 13 de junho de 2019, no Diário Oficial da União.

Os efeitos serão retroativos a 1º de janeiro de 2018 e podem retornar ao Simples Nacional os microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, que fizeram adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (PertSN), instituído pela Lei Complementar nº 162, de 6 de abril de 2018.

[Clique aqui](#) para ler a Lei Complementar 168.



Você Sabia?

O setor químico é um dos mais regulados do mundo, por conta da natureza da produção e dos riscos envolvidos. A indústria química defende a criação de regulações que adotem o princípio da análise de risco com base em dados cientificamente comprováveis. É preciso criar novas regulações para pontos que não estão cobertos atualmente por nenhuma legislação.

Fonte: [Estudo Um Outro Futuro é Possível](#)

SERVIÇOS



Acesse os canais da Abiquim nas redes sociais e saiba como a Química está #365DiasComVc:

[Facebook.com/abiquimoficial](https://www.facebook.com/abiquimoficial)

[Instagram.com/abiquim.oficial](https://www.instagram.com/abiquim.oficial)

[Youtube.com/videosabiquim](https://www.youtube.com/videosabiquim)

[Twitter.com/abiquimoficial](https://twitter.com/abiquimoficial)



- ✓ [ES Hoje – Déficit em produtos químicos soma 11,7 bi no ano até maio, diz Abiquim](#)
- ✓ [BOL – Déficit em produtos químicos soma US\\$ 11,7 bi no ano até maio, diz Abiquim](#)
- ✓ [Repórter Diário – Déficit em produtos químicos soma US\\$ 11,7 bi no ano até maio, diz Abiquim](#)
- ✓ [Diário do Grande ABC – Déficit em produtos químicos soma US\\$ 11,7 bi no ano até maio, diz Abiquim](#)
- ✓ [Estado de Minas – Déficit em produtos químicos soma US\\$ 11,7 bi no ano até maio, diz Abiquim](#)
- ✓ [Top Guarulhos – Déficit em produtos químicos soma US\\$ 11,7 bi, diz Abiquim](#)
- ✓ [UOL – Déficit em produtos químicos soma 11,7 bi no ano até maio, diz Abiquim](#)
- ✓ [TN Petróleo – Abiquim cria nova Comissão Temática de Gás Natural](#)
- ✓ [IstoÉ – Déficit em produtos químicos soma US\\$ 11,7 bi no ano até maio, diz Abiquim](#)
- ✓ [Valor Econômico – Déficit comercial de produtos químicos sobe 15% no ano, mostra Abiquim](#)
- ✓ [A Tarde – Déficit em produtos químicos soma US\\$ 11,7 bi no ano até maio, diz Abiquim](#)
- ✓ [Panorama Farmacêutico – Setor privado critica e mercado financeiro minimiza queda de Levy](#)
- ✓ [Notícia Livre – Carta conjunta Bahia/Sergipe em defesa da Fafen será criada](#)
- ✓ [O Sul – O setor produtivo critica, e o mercado financeiro minimiza a queda do ex-presidente do BNDES](#)
- ✓ [Folha de S. Paulo – Setor produtivo critica e mercado financeiro minimiza queda de Levy](#)

- ✓ [Folha de S. Paulo – É possível engajar até nações resistentes na luta ambiental, diz enviado da ONU](#)

Notícias das associadas

Press releases distribuídos pelas empresas

[Termotécnica lança as soluções iPack na FispalTec 2019](#)

[Solvay faz parceria internacional na área de polímeros especiais para impressão 3D de uso industrial](#)

[BASF dobra capacidade de produção dos adesivos acResin®](#)

CALENDÁRIO DE CURSOS E EVENTOS ABIQUIM

| Junho | | | | | | |
|-------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| DOM | SEG | TER | QUA | QUI | SEX | SÁB |
| | | | | | | 1 |
| 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 |
| 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 |
| 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 |
| 30 | | | | | | |

04 e 05 - Formação de Auditor Interno do Sassmaq Rodoviário - 3ª Edição

06 - Minicurso: O Ciclo Total de Vida das Instalações em Atmosferas Explosivas

12 - Legislação do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos

20 - Corpus Christi

| Julho | | | | | | |
|-------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| DOM | SEG | TER | QUA | QUI | SEX | SÁB |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 |
| 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 |
| 28 | 29 | 30 | 31 | | | |

01 e 02 - Formação de Auditores Internos do Sistema de Gestão do Atuação Responsável

19 – Formação de Auditores do Sistema de Gestão do Atuação Responsável - Organismos Certificadores

22 - Curso de Classificação Fiscal de Mercadorias

25 e 26 - Classificação e comunicação (rotulagem e FISPQ) de Perigos de Produtos Químicos

PRÓXIMOS CURSOS COM INSCRIÇÕES ABERTAS

[01 e 02/07 – Formação de Auditores Internos do Sistema de Gestão do Atuação Responsável](#)

[19/07 – Formação de Auditores do Sistema de Gestão do Atuação Responsável - Organismos Certificadores](#)

[22/07 – Curso de Classificação Fiscal de Mercadorias](#)

[25 e 26/07 – Classificação e comunicação \(rotulagem e FISPQ\) de Perigos de Produtos Químicos](#)

AGENDA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES

Reuniões programadas nos dias 25 de junho a 1 de julho

25 de junho

09h00 – Comissão de Gás Natural

09h00 – Comissão Temática de Gerenciamento de Produto (Gepro)

14h00 – Comissão Temática de Tecnologia

26 de junho

09h00 – Comissão Setorial de Gases Medicinais

09h00 – Comissão Temática de Economia

27 de junho

09h00 – Comissão Temática de Assuntos Aduaneiros e de Facilitação de Comércio Exterior

09h00 – Comissão Setorial de Gases Medicinais

13h00 – Comissão Setorial de Silicones

14h00 – Comissão Temática de Comércio Exterior

28 de junho

09h30 – Comissão Setorial de Insumos para Borracha

10h00 – Comissão Temática de Relações Governamentais

Confira a grade completa de cursos em <https://abiquim.org.br/cursos>

Expediente

ABIQUIM INFORMA - É livre a transcrição, desde que citada a fonte.

Edição: Camila Matos, Marco Gomes e Ricardo Ueno E-mails: abiquiminforma@abiquim.org.br

Para a inclusão de profissionais de sua empresa que queiram receber o **Abiquim Informa**, envie uma mensagem para abiquiminforma@abiquim.org.br ou imprensa@abiquim.org.br informando os dados dos interessados (nome, e-mail, telefone, empresa e endereço comercial).